CCAC Cumpre as Funções Pragmaticamente e o Comissariado da Auditoria Enfatiza a Valorização dos Recursos Públicos

Em 2022, o Comissariado contra a Corrupção (CCAC) continuou a desenvolver as suas funções com pragmatismo. No âmbito do combate à corrupção, o CCAC empenhou-se activamente na promoção de diversas investigações num período limitado de tempo, tendo resolvido vários casos de corrupção, nomeadamente um caso em que foram superadas, pela primeira vez, as dificuldades impostas pelas diferentes exigências legais de Macau e de Hong Kong relativamente aos crimes de corrupção praticados por empresas privadas, conseguindo-se realizar acções conjuntas de combate à corrupção a nível interjurisdicional. Simultaneamente, o CCAC resolveu um caso de corrupção eleitoral envolvendo mais de 200 eleitores e um caso envolvendo o crime de violação de segredo no sector privado. Além disso, o CCAC deu prioridade à investigação dos casos relacionados com os apoios financeiros atribuídos pelo Governo, no sentido de defender o interesse público da RAEM.

No âmbito da provedoria de justiça, o CCAC, recorrendo a diversas formas de fiscalização, alcançou os objectivos de promoção de resolução de problemas dos serviços públicos e de aperfeiçoamento dos respectivos regimes. Em relação aos casos ocorridos em 2022, resultantes das medidas para o combate à epidemia causada pelo novo tipo de coronavírus, o CCAC, de acordo com as situações concretas, reuniu com as respectivas

autoridades competentes e apresentou sugestões consideradas viáveis. Além disso, o CCAC concluiu diversos casos relacionados com atrasos na apreciação e aprovação dos pedidos de renovação da autorização de residência ou de aquisição de residência por parte do Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau. Por outro lado, o CCAC procedeu, em tempo oportuno, à revisão das situações de acompanhamento dos serviços ou entidades constantes da lista do sistema de fiscalização subsequente ("olhar em retrospectiva"), tendo os respectivos serviços adoptado uma atitude positiva na procura de medidas adequadas para optimizar os seus trabalhos administrativos, o que indica que o referido sistema está a ser implementado de forma ordenada e eficaz.

Em 2022, o CCAC recebeu um total de 1274 pedidos de consulta e de informação e 678 queixas, denúncias e fontes de notícia. De entre as queixas ou denúncias, 103 reuniram condições para serem instruídas e foram investigadas pela Direcção dos Serviços contra a Corrupção (DSCC), sendo que 11 foram investigadas por solicitação de autoridades do exterior; 171 processos foram encaminhados para a Direcção dos Serviços de Provedoria de Justiça (DSPJ), dos quais 169 foram investigados através de processos de inquérito e dois sob a forma de processo de sindicância, sendo estes últimos novos processos ou convertidos em processos de sindicância em fase posterior. Por outro lado, 322 processos foram encaminhados para efeitos de tratamento do Centro de Gestão de Queixas por não reunirem condições para serem instruídos, dos quais 193 foram arquivados directamente e 129 foram arquivados após o seu encaminhamento para os serviços competentes para efeitos de acompanhamento.

Juntando os casos transitados do ano 2021, o CCAC concluiu, em 2022, um total de 296 processos de investigação. Dos casos concluídos pela DSCC, dez foram encaminhados para o Ministério Público e 78 foram arquivados. Relativamente aos casos concluídos pela DSPJ, 30 foram concluídos tendo os serviços aceite as opiniões emitidas ou comprometendo-se a fazer o acompanhamento dos casos, enquanto 20 foram devidamente tratados pelos respectivos serviços antes da intervenção do CCAC; registaram-se dez casos integrados na lista do sistema de "olhar em retrospectiva".

Em 2022, um total de 11 casos de apoio à investigação, apresentados por entidades homólogas do exterior, foram acompanhados e instruídos após o recebimento dos respectivos pedidos pelo CCAC. Somando estes últimos aos casos transitados do ano 2021, registou-se um total de 20 casos de apoio à investigação em 2022, de entre os quais, 13 foram dados como findos e sete continuam a ser alvo de acompanhamento. O CCAC apresentou dois pedidos de apoio à investigação junto de entidades homólogas do exterior, concretamente a autoridades do Interior da China.

No âmbito da sensibilização, o CCAC, de acordo com a orientação de "Generalização da integridade", definido no 2.º Plano Quinquenal, tem vindo a desenvolver diversos tipos de acções de sensibilização através de diferentes canais, bem como a promover, activamente e de forma virtual, projectos de divulgação. Em 2022, foram organizadas 444 palestras, colóquios e actividades, contando com a participação de 27.124 pessoas, sendo os destinatários, principalmente, trabalhadores da função pública, empregados de sociedades comerciais, jovens, estudantes do ensino infantil, primário, secundário e superior e a população em geral. Ao mesmo tempo, procedeu-se à realização de trabalhos de divulgação do projecto

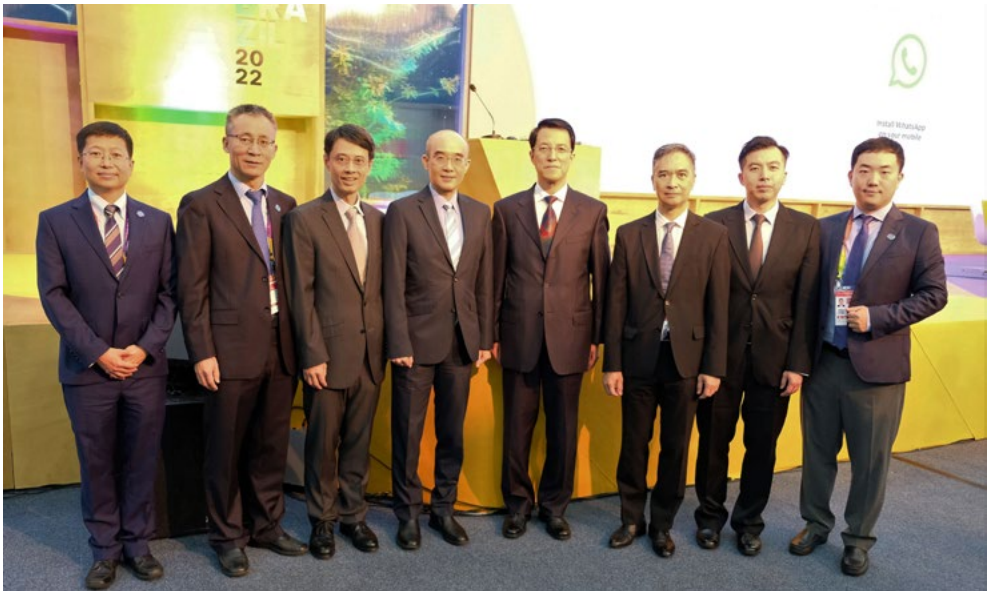
de sensibilização "Todos pela Integridade" - Edição para Cidadãos e Serviços Públicos; ao desenvolvimento de um novo modelo de cooperação com as associações; ao aperfeiçoamento e alargamento do "Grupo Consultivo de Materiais Didácticos sobre a Honestidade"; ao lançamento do material didáctico, sob forma de conto, sobre a honestidade, destinado aos alunos dos primeiros três anos do ensino primário, intitulado "Nenhuma questão é pequena no Planeta"; ao lançamento do programa "Urso Mensageiro Guilherme conta uma história para ti", entre outras acções.

Além disso, a imagem da Delegação da Taipa foi redefinida pelo CCAC, passando aquela Delegação a ser uma base de educação para a integridade servindo principalmente os jovens e as associações, bem como passando a ser uma base de produção de conteúdos multimédia contribuindo para o reforço da sensibilização no âmbito da integridade. O ano de 2022 assinalou o 30.º aniversário de construção de uma sociedade íntegra e, neste sentido, o CCAC desenvolveu um símbolo temático e organizou actividades especiais, nomeadamente a actividade intitulada "Juntos com a governação íntegra durante 30 anos - Dia de abertura da base de educação para a integridade do CCAC", a qual permitiu ao público conhecer as diferentes vertentes do CCAC.

Afectada pela epidemia causada pelo novo tipo de coronavírus, em 2022, continuou a ser feita sobretudo de forma virtual a participação do CCAC em conferências, seminários, workshops e cursos de formação, organizados e realizados pela Associação Internacional de Autoridades contra a Corrupção (IAACA), pela Rede Operacional Global de Autoridades contra a Corrupção (GlobE Network), pelo Grupo Ásia/Pacífico contra o Branqueamento de Capitais (APG), pelo Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e o Crime (UNODC), entre outras entidades. A par disso, o CCAC participou na votação para a eleição do segundo vice-presidente do Instituto Internacional do Ombudsman (IOI) e do presidente da Região Asiática do IOI.

A convite do Comissariado do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China na Região Administrativa Especial de Macau, em 2022, o CCAC participou, por videoconferência, nas 1.ª e 2.ª sessões da 13.ª reunião do grupo de trabalho relativo à avaliação da conformidade da implementação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, na 13.ª reunião do grupo de trabalho para a prevenção da corrupção, entre outras reuniões, que tiveram lugar em Viena, Áustria.

Em 2023, o CCAC irá dar continuidade à concretização do 2.º Plano Quinquenal e irá promover, em conjugação com os objectivos traçados nas Linhas de Acção Governativa, diversos trabalhos no âmbito do combate à corrupção, designadamente, prosseguir com o combate contínuo à corrupção, proceder à revisão da respectiva legislação, reforçar a fiscalização dos processos disciplinares, promover o "Plano para uma Gestão Íntegra - Progressão e Inovação", lançar o Projecto "Todos pela Integridade" - Edição para Juventude, acelerar e dar prioridade aos trabalhos de revisão da "Lei Orgânica do Comissariado contra a Corrupção da Região Administrativa Especial de Macau" e do regulamento administrativo respectivo, assim como reforçar o intercâmbio com entidades homólogas de outros países e regiões, com vista a enfrentar, de mãos dadas, os desafios e adversidades no âmbito do combate à corrupção com que o mundo se depara.



Em 2022, o Comissariado da Auditoria (adiante designado por CA) divulgou o relatório de auditoria de resultados "Fiscalização dos Apoios Financeiros Realizada pelo Fundo das Indústrias Culturais" e o "Relatório de Auditoria da Conta Geral de 2021".

No período de Outubro de 2013 a Junho de 2020, foram concedidos pelo Fundo das Indústrias Culturais (adiante designado por FIC) apoios financeiros a 316 projectos, no valor total de 517.858.773,35 patacas. O relatório de auditoria de resultados sobre a "Fiscalização dos Apoios Financeiros Realizada pelo Fundo das Indústrias Culturais", teve como objectivo examinar o desempenho do FIC no âmbito da fiscalização das empresas financiadas e analisar o seu mecanismo de gestão, bem como a qualidade da sua execução. Relativamente ao mecanismo de fiscalização estabelecido, constataram-se deficiências em certos procedimentos, e que o FIC, para além de não a ter corrigido atempadamente, deixou a situação piorar. O FIC afirmou que, apesar de não haver registos, havia posto o mecanismo estabelecido em execução. Todavia, de acordo com as observações da auditoria, muitos dos problemas e sinais evidentes foram ignorados pelo FIC. Tal demonstra que a atitude passiva do organismo auditado foi a principal causa dos problemas detectados. O CA considerou que, para que o dinheiro público, que é limitado, seja apropriadamente utilizado para alcançar as políticas e objectivos definidos, é necessária uma boa e activa gestão, tanto ao nível da concessão de apoios financeiros, como ao nível da realização de outros trabalhos, devendo, nomeadamente, valorizar os recursos disponibilizados e a respectiva eficiência.

De acordo com o artigo 3.º da Lei n.º 11/1999, o CA procedeu à auditoria financeira sobre a execução do orçamento do Governo da RAEM e elaborou o relatório de auditoria da Conta Geral de 2021. O Comissário da Auditoria, apresentou, no dia 3 de Novembro de 2022, na sessão plenária da Assembleia Legislativa, o conteúdo principal do relatório e a situação concreta dos trabalhos desenvolvidos.

Além dos trabalhos de auditoria, o CA participou nos seguintes eventos em 2022:

O Comissário da Auditoria, Ho Veng On, participou no XXIV Congresso da Organização Internacional das Instituições Superiores de Auditoria (INCOSAI), realizado de 7 a 11 de Novembro, no Rio de Janeiro, Brasil, como membro da delegação da República Popular da China. Durante o Congresso, Ho Veng On teve encontros de trabalho com diversos dirigentes máximos de instituições congéneres, tendo trocado opiniões sobre a gestão e o desenvolvimento das instituições de auditoria. O Comissário da Auditoria, Ho Veng On, participou em diversas reuniões temáticas e em todas as actividades, e juntou-se ao grupo dos países de língua portuguesa para trocar opiniões sobre matérias de interesse comum durante as discussões em grupo. Foi aprovada no Congresso a Declaração do Rio de Janeiro, documento oficial sobre os resultados alcançados, com vista à promoção da auditoria pública para uma nova etapa.

No domínio de formação, o CA e o Instituto de Investigação em Auditoria da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau (Zhuhai) da Universidade de Auditoria de Nanjing organizaram conjuntamente um curso de formação online pela primeira vez em Janeiro, tendo convidado o Professor Associado daquele Instituto, Zhu Yi, a apresentar sistematicamente os princípios básicos de Python e sua aplicação em auditoria para o pessoal do CA. O curso contou com a participação de cerca de 70 trabalhadores do CA. O presente curso começou com Python e apresentou sistematicamente os princípios básicos de Python e sua aplicação em auditoria com teoria simples e muitos exemplos, para que os trabalhadores possam entender exactamente as características e aplicações de "Big Data" na auditoria. O CA espera fortalecer o intercâmbio de trabalho de auditoria nas três regiões em causa através do Instituto referido, que desempenhará um papel positivo na capacitação da equipa de auditoria, inovação e avanço da teoria de auditoria. Além disso, a fim de manter o pessoal de auditoria do CA actualizado sobre o recente desenvolvimento da auditoria e aperfeiçoar os seus conhecimentos profissionais, em 2022 contou-se com mais de 100 participantes em cursos online sobre diferentes domínios, a saber: as novas normas de relato financeiro, as normas de auditoria de Macau e a governança corporativa, os quais permitiram ao pessoal de auditoria do CA conhecer o desenvolvimento das novas normas de relato financeiro; o impacto sobre os trabalhos práticos do sector de auditoria com os requisitos das novas normas de auditoria de RAEM e as diferenças entre as duas normas de auditoria actualmente aplicadas em Macau; e a evolução e os conhecimentos básicos da governança corporativa e o conteúdo estrutural da governança corporativa em geral, com vista a elevar o nível profissional e cumprir, cabalmente, a responsabilidade social.

No âmbito de aprofundamento da auditoria apoiada pelas tecnologias de informação e comunicação, foram realizadas regularmente reuniões online com o Centro de Tecnologia Informática do Gabinete de Auditoria Nacional em 2022, para trocar opiniões sobre o funcionamento e a manutenção do Programa Informático de Auditoria in loco (edição de Macau), e procedeu-se a actualização do Programa, após a realização dum grande número de validações de dados, para o reforço das suas funções.

Em 2022, o CA deu continuidade à realização das acções de formação destinadas aos serviços públicos, para divulgar a cultura da auditoria e o seu significado positivo, apresentando-lhes a importância da boa gestão dos recursos públicos, para que os serviços públicos possam aplicar, de forma prudente, os recursos públicos e a valorização do erário público aquando na prestação de serviços.